

Nossa opinião

Não existe mágica

Tema em discussão: Gastos com a saúde pública

Há dois itens em qualquer orçamento público, no mundo, diante dos quais toda sociedade é muito sensível, e com razão. Um é a Previdência, no momento, na agenda brasileira, em lugar prioritário, e o outro, a saúde pública, uma fonte de preocupações constantes de governados e governantes. Como a aposentadoria, a saúde tem um valor vital para a população, e também com características semelhantes aos sistemas de seguridade: seus custos não param de subir. A Previdência é essencialmente condicionada pela demografia, e esta, no mundo, apresenta tendência inexorável de envelhecimento da população — o que significa mais aposentadorias e pensões, enquanto, por força da queda das taxas de natalidade, outro fenômeno mundial, há menos jovens entrando no mercado de trabalho para, com suas contribuições, financiarem os benefícios previdenciários.

Na inércia, os sistemas tendem à insolvência, daí a necessidade de reformas periódicas, queiram ou não os políticos. Na saúde, há uma constante pressão nos custos devido a avanços tecnológicos (novos medicamentos, equipamentos mais precisos) e ao envelhecimento mesmo da população. Laboratórios e fabricantes buscam o retorno mais rápido possível dos bilionários investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Foram abertos novos caminhos, inclusive com a ajuda do Brasil, pelo lançamento de medicamentos genéricos, sem marca comercial, mais baratos. Há também o mecanismo aceito

internacionalmente da quebra de patentes de medicamentos em casos específicos. Outro fator de redução de custos. Mas o que se consegue é atenuar os efeitos do aumento de custos na medicina, e não acabar com o problema.

Isso afeta o SUS brasileiro e, por exemplo, o NHS (National Health Service) britânico, um dos modelos de saúde pública. Também sempre pressionado por elevação de despesas. Os volumes de dinheiro que circulam nesses sistemas são enormes. O orçamento do SUS está na faixa acima dos R\$ 100 bilhões. E onde há estas cifras existem pressões para negócios escusos. Trata-se de instalar governanças que coíbam falcaturas. Afastar empresas privadas, demonizá-las, atende apenas a dogmas ideológicos, porque sem elas o Estado não consegue bens e serviços de qualidade.

Laboratórios estatais, salvo exceções, costumam ser caixas-pretas e tendem também a estimular corrupção. Em qualquer país, a administração pública precisa ser eficiente. No Brasil, Estados Unidos ou Luxemburgo. E em todos eles o dinheiro do Estado é finito, porque é limitada a capacidade do contribuinte de sustentar o poder público. Portanto, no SUS como também no NHS e em qualquer outro sistema de saúde pública, é imperativo adotar métodos administrativos e gerenciais mais eficientes. Sempre. Uma atividade como esta é incompatível com regras rígidas determinadas e defendidas por corporações, uma característica do ramo da saúde pública.

Outra opinião

Balcão de negócios

Jorge Solla

Tema em discussão: Gastos com a saúde pública

Pela primeira vez, o ministro da Saúde defende cortes e não o aumento de investimentos. Os 4,7% do PIB dedicados ao SUS, para Ricardo Barros, são muito, quando a média mundial é de 6% e, em países que possuem sistemas universais como o nosso, os investimentos são ainda maiores: Reino Unido (7,5%), França (8,9%) e Argentina (10%). O caminho do ministro para desmontar o SUS foi o da desregulamentação. A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) é o maior exemplo: foi modificada aos atropelos para permitir o corte drástico das equipes e o "desfinanciamento". É saúde pobre feita para pobres. Ensaia fazer o mesmo com a saúde mental.

Trata-se de uma gestão que está entregue aos tratos políticos mais torpes; às transações empresariais mais injustificáveis, um balcão de negócios. É inconcebível um ministro da Saúde aceitar o PLN 33/17, que

remanejou R\$ 500 milhões dos medicamentos de alto custo — deixando milhares de pacientes sem o tratamento que lhes garante a vida — para compra de ambulâncias, a serem distribuídas aos municípios por deputados que salvaram a pele de Temer. Se medicamento não compra voto, move milhões. O documentário "Fire in the Blood", de Dylan Mohan Gray, relata o jogo inescrupuloso dos grandes laboratórios internacionais com a população de países que não detêm tecnologia de produção de remédios.

O antifúngico Fluconazol, que em laboratórios públicos sai por US\$ 0,05, era vendido pela Pfizer na África por US\$ 40,00. O Brasil enfrenta esta luta com as Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que garantem transferência de tecnologia para laboratórios públicos. Sem elas, estávamos reféns do grande cartel de laboratórios, que nos impunha preços escorchantes. No Brasil, o frasco da Alfaepoetina 4.000 UI custava, em 2004, R\$ 91,00 em compras por licitação. Em 2007, após PDP com Cuba, o custo caiu 81,6% (para R\$17,26), o que permitiu triplicar o acesso. O início

da operação da planta de R\$ 500 milhões construída em Biomanguinhos (Fiocruz) derrubará ainda mais o preço. E mais importante: teremos a capacidade de desenvolver aqui novos biofármacos.

Situação similar à dos hemoderivados, para os quais investimos R\$1 bilhão na construção da fábrica da Hemobras em Pernambuco. Todo este planejamento de soberania nacional está sendo desmontado pelo ministro, que abandonou as indústrias públicas para ceder ao dumping interessado em afundar este projeto. Hoje, nenhum laboratório nacional produz os princípios ativos destes medicamentos e os importam. O Tribunal da Contas da União (TCU) reconheceu as graves ameaças e tomou duas corajosas decisões preservando a Hemobras e exigindo a volta das aquisições de Alfaepoetina da Fiocruz. Nos dois casos, o ministro deu de ombros. Na Hemobras, um juiz federal o obrigou a ceder. Na Fiocruz, também iremos à Justiça.

Jorge Solla é deputado federal (PT-BA)

BC mantém sob sigilo cenários econômicos de 2005 e 2006

Decisão não é consenso no governo. Textos foram usados em reuniões do Copom

Francisco Leali

-Brasília- O Banco Central, que impôs restrições ao acesso de um pesquisador a atas do Conselho Monetário Nacional (CMN) durante a ditadura, como revelou a colunista do GLOBO Míriam Leitão no último domingo, mantém sob sigilo documentos sobre cenários e projeções econômicas usados nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) em 2005 e 2006.

O segredo defendido pelas autoridades do BC, no entanto, não é consenso no governo. O Ministério da Transparência (CGU), a Advocacia Geral da União (AGU) e até a Casa Civil defenderam a divulgação dos dados, mas foram vencidos em discussão na Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI). Composta por representantes de vários ministérios, a comissão é a última instância para julgar casos de pedidos feitos via Lei de Acesso à Informação, e para reavaliar, reduzindo ou ampliando o prazo de sigilo de documentos oficiais.

O BC enviou pedido para manter a classificação dos documentos à CMRI. Classificados com grau de segredo, os documentos poderiam

ser de domínio público 15 anos depois. Foram feitas duas reuniões no ano passado para analisar o pedido do BC: uma em abril e outra em julho. Nas duas reuniões, o sigilo dos documentos foi mantido. Os de 2005 serão conhecidos em 2020, e os de 2006, em 2021.

Na reunião de abril, a CGU foi a única que votou pela liberação dos dados. Os demais ministérios seguiram o relatório, e os documentos produzidos entre janeiro e novembro de 2006 tiveram o grau de segredo assegurado até 2021. No total, eram oito relatórios com projeções e apresentações de "cenários macroeconômicos" feitos pelos técnicos do BC e apresentados nas reuniões do Copom em 2006.

Na reunião de julho, os integrantes da CMRI analisaram relatórios mensais produzidos pelos técnicos do Banco Central em 2005. Havia nove votantes na CMRI. Desses, quatro defenderam que os documentos não precisariam mais permanecer com o carimbo de segredo. Tiveram esse entendimento: Casa Civil, CGU, Ministério do Planejamento e AGU.

Representantes de outras cinco Pastas — Defesa, Itamaraty, Justiça, Direitos Humanos e Gabinete de Segurança Institucional (GSI) — preferiram atender ao pedido do Banco Central e manter o sigilo dos

documentos até 2020.

O BC pediu para manter em segredo por 15 anos documentos com votos que deu para decretação de liquidação extrajudicial de empresas financeiras. Na reunião de abril da CMRI, saiu vencedor. Já na reunião de julho da CMRI, perdeu. Como o sigilo dos papéis de 2010 caiu, o conteúdo de quatro votos poderia ser liberado.

O GLOBO apresentou pedido via Lei de Acesso (LAI) ao Banco Central. Os votos foram liberados. Nos papéis há relatórios resumidos recomendando a liquidação extrajudicial dos consórcios Fiorelli e Guarujá Veículos, de São Paulo, Regata, de Santa Catarina, e Libra Administradora, do Rio de Janeiro.

BC CITA ESTABILIDADE DO SISTEMA

Procurado, o Banco Central informou, em nota, que "disponibiliza ao público tudo o que a lei permite"; Segundo a instituição, os prazos para divulgação são determinados "pela sensibilidade do tema para a estabilidade do sistema financeiro, seja quanto à segurança das suas cédulas (para evitar falsificações), às liquidações de instituições financeiras (para mitigar riscos de contágio) ou quanto às demais informações sensíveis de mercado".





"No caso de classificação de informações em grau de sigilo, quase todos os casos foram confirmados pela CMRI, o que reforça que o Banco Central tem feito um trabalho criterioso de restrição de acesso", "diz a nota. O BC sustentou ainda que tem adotado prazos menores de sigilo para documentos. "Somente permanece classificado o que for estritamente necessário para garantir o cumprimento da obrigação da LAI e as informações pessoais ou protegidas por sigilo legal (bancário, fiscal, empresarial etc.). Tudo mais será divulgado pelo Banco Central em transparência ativa (site) ou passiva (atendimento a pedidos de informação via LAI)", informou o BC.

Governo quer mediação para não ter de pagar R\$ 65 bi à Petrobras

Contrato assinado na gestão Lula permite questionar se estatal deve ou tem a receber do governo

Gestão Temer quer usar dinheiro de megaleilão para pagar a empresa, mas companhia diz ter direito a explorar área

JULIO WIZIACK e
MARIANA CARNEIRO - DE
BRASÍLIA

O governo pretende resolver em até dois meses um impasse com a Petrobras para fazer um megaleilão de pelo menos R\$ 76 bilhões ainda neste ano e já consultou a AGU (Advocacia-Geral da União) sobre uma possível arbitragem. Com a disputa entre os interessados, no entanto, o negócio poderia render mais de R\$ 90 bilhões.

Embora exista disposição para um acerto, o governo tende a resolver o assunto como uma questão de Estado. Do outro lado, a Petrobras não fechará acordo caso enfrente resistência de acionistas minoritários, que já avaliam a questão e podem embolar a negociação se ela for danosa à estatal.

O assunto divide técnicos e ministros de Fazenda, Planejamento, Minas e Energia e Casa Civil. A ideia preferida no momento é convencer a Petrobras a ceder espaço para concorrentes nos campos do prê-sal onde, segundo contrato de 2010, tem o direito de exploração até 2050.

A Folha ouviu representantes de todas as partes. De acordo com eles, o contrato, assinado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fo "tão malfeito" que permite até que a Petrobras questione se é credora ou devedora.

Ele foi concebido em um momento em que a estatal precisava aumentar seu capital para fazer frente a pesados investimentos na exploração do prê-sal. Como não tinha recursos, a União deu 5 bilhões de barris para a Petrobras explorar em seis campos do prê-sal na bacia de Santos, para evitar sua diluição acionária. Seria a contrapartida da União na capitalização da companhia.

No entanto, explorações da Petrobras indicaram que esses campos podem gerar excedentes de até 12 bilhões de barris — 7 bilhões a mais do que o concedido pela União.

O contrato previa renegociar valores segundo a evolução do preço do petróleo. Como a cotação caiu desde a assinatura, em 2010, a estatal avalia ter direito a compensação —estima-se que ela seria de cerca de R\$ 65 bilhões.

A equipe econômica quer leiloar esse óleo excedente e, com os recursos, pagar a Petrobras. Estimativas iniciais apontam que a transação poderia render pelo menos R\$ 76 bilhões, em valores atualizados. O governo acredita que a disputa possa trazer mais de R\$ 90 bilhões. Outra ideia é indenizar a estatal com uma parte do óleo e leiloar a diferença.

Ambas as propostas agradam o Ministério de Minas e Energia. Porém, há no governo quem defenda que esse óleo excedente pertence à União e poderia ser leiloado à revelia da Petrobras. Outros dispositivos contratuais poderiam, para integrantes do governo, resultar em saldo a receber da estatal, hipótese que ela considera inaceitável.

Na prática, isso significa que, nos campos onde a estatal hoje explora, ela passaria a contar com empresas concorrentes que dariam lances bilionários para fazer o mesmo





trabalho. Seria como se a União tivesse alugado uma casa para a Petrobras em 2010 e, hoje, estivesse obrigando a estatal a conviver com mais moradores sem dividir o aluguel.

Uma das certezas que a Petrobras considera ter é o direito de explorar esses campos até 2050. Por isso, caso o governo opte pelo leilão colocando mais empresas operando nesses campos, terá de negociar com a companhia.

Pessoas que acompanham as conversas afirmam que isso seria possível desde que os concorrentes façam uma parceria comercial ou operacional com a Petrobras — o que, por decisão da estatal, ocorreu em outros campos. Para a União, essa opção, ainda segundo os técnicos, reduziria o valor dos lances num possível leilão.

DESFECHO

O governo quer resolver em dois meses o impasse. A ideia é chegar a um consenso ao menos sobre o principal.

As outras pendências criadas pelas lacunas do contrato seriam resolvidas via arbitragem privada, mas a AGU quer mediar a disputa porque afirma se tratar de empresa cujo controlador é a União.

Dentre esses pontos estão desde datas de comercialização do petróleo dos campos até cotas de conteúdo local. Cada ponto em aberto significa bilhões a pagar ou a receber.

Samba e juros

VICENTE NUNES

O carnaval está pegando fogo em todo o Brasil, misturando, infelizmente, diversão com muita violência, sobretudo no Rio de Janeiro, mas os analistas financeiros não desgrudam os olhos das notícias. Entre a ida a um bloco e a parada para o descanso, procuram se inteirar dos fatos a fim de não serem surpreendidos na Quarta-Feira de Cinzas, quando o Brasil voltará a encarar a realidade. São muitas as indagações. Entra elas, o que mais dirá o Banco Central sobre a taxa básica de juros (Selic), que, na semana passada, caiu para 6,75% ao ano, o nível mais baixo em seis décadas. Efetivamente, o BC encerrou o processo de flexibilização monetária, como indicou após o término da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom)? Isso estará mais claro na ata do Copom que será divulgada amanhã?

Na avaliação do economista-chefe do Banco UBS, Tony Volpon, a resposta é sim, o ciclo de corte dos juros chegou ao fim. Para ele, é visível a preocupação do BC com os efeitos da retomada do crescimento sobre a inflação. A autoridade monetária não quer ser

surpreendida com um ritmo de atividade mais forte do que o previsto, resultando em preços mais altos. Volpon diz que há razões de sobra para a cautela. Ele lembra que, em 2007, o Brasil viveu um quadro semelhante ao que se vê agora. Apesar de o BC e de boa parte do mercado projetar, à época, inflação muito baixa, o custo de vida praticamente dobrou, passando de 3% para 6% de um ano para o outro.

Volpon reconhece que, ao contrário de 2007, quando a economia já crescia a um ritmo mais forte, em 2018, o país avançará mais lentamente, reduzindo a pressão do consumo sobre os preços. Contudo, ele espera uma boa valorização das commodities, produtos agrícolas e metálicos com cotação internacional, que têm impacto significativo no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O economista prevê ainda um dólar mais forte ante o real e tarifas públicas subindo, fatores igualmente inflacionários. “Portanto, há argumentos para o BC ser prudente e manter a Selic em 6,75% por um bom período”, afirma.

De olho nos bancos

Jankiel Santos, economista-chefe

do Banco Haitong, vai na mesma linha. Ele ressalta que a ata do Copom teria que trazer muitos pontos positivos para se acreditar em um BC disposto a avançar o passo e levar a Selic a até 6,5% no encontro de março do Copom. A instituição teria, por exemplo, que ressaltar sua expectativa em relação a um quadro internacional mais positivo, prever novas quedas nas estimativas de inflação do mercado e apostar firme na aprovação da reforma da Previdência ainda neste mês de fevereiro. “Mas nós não acreditamos que nenhum desses pontos se materialize. Então, cremos que o processo de redução da Selic chegou ao fim”, avisa.

O economista destaca, porém, que, ao longo do tempo, o BC começará a dar sinais claros de quando começará a reverter a atual política de estímulo monetário. Nos últimos meses, a instituição vem ressaltando que o país está trabalhando com juros abaixo do que seria o ideal, porque o ritmo de atividade está muito fraco, há mais de 12 milhões de desempregados e a indústria vem operando com grande capacidade ociosa. Esse cenário, no entanto, vai mudar para melhor. Os analistas estão divididos sobre a





velocidade dessa melhora. Jankiel se diz mais conservador do que parte de seus colegas. Tanto que só trabalha com elevação da Selic a partir de 2019, já com o Brasil sob novo comando.

Para integrantes da equipe econômica, mais do que discutir se o BC vai ou não continuar cortando os juros é importante ver se o crédito fornecido pelos bancos ficará mais barato. Há um incômodo evidente tanto no Palácio do Planalto quanto nos ministérios da Fazenda e do Planejamento ante a demora para as instituições financeiras repassarem à clientela toda a redução da Selic feita pelo Banco Central. “Proporcionalmente, os juros básicos caíram muito mais do que as taxas cobradas pelos bancos em empréstimos e financiamentos. O que

temos visto é o sistema financeiro engordando os lucros e empresas e consumidores sem acesso a crédito. Não estamos satisfeitos com esse comportamento”, avisa um integrante do Planalto.

Venda de ratings

» O Ministério Público está investigando se há uma indústria de venda de classificação de risco no país. Com base no que já se apurou sobre a corrupção que tragou mais de R\$ 6 bilhões do Postalís, o fundo de pensão dos Correios, é forte a suspeita de que empresas pagam caro para ter bons ratings e mostrarem uma saúde melhor do que realmente têm.

Falhas da CVM

» Um integrante do Ministério

Público afirma que há uma farra que precisa ser controlada. Ele lembra que, durante a CPI dos fundos de pensão, que acabou sem grandes punições, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) assumiu a responsabilidade sobre a fiscalização das agências de classificação de risco. Mas praticamente nada foi feito nesse sentido.

Alvo principal

» Entre as agências de classificação de risco, o maior alvo neste momento do Ministério Público é a SR Rating, de propriedade de Paulo Rabello de Castro, atual presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em apenas uma operação avalizada pela SR, o Postalís perdeu, pelo menos, R\$ 109 milhões.